

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DO DISCURSO À PRÁTICA

ROBERTO DE BARROS FREIRE

Inúmeros são os discursos acerca da Universidade e a função indissociável de ensino, pesquisa e extensão. A própria Constituição Federal nos seus artigos a respeito do ensino superior assim a coloca. Na maior parte dos discursos, ainda que se enuncie e se defenda a integração, a indissociabilidade, a importância e a relevância dessas funções "nobres" da academia, as mesmas são tratadas como atividades distintas, e, pior ainda, como finalidades da Universidade, confundindo-se meios e fins. A própria divisão interna nas universidades em três instâncias diversas (Pró-Reitoria ou outra denominação como decanato, secretaria, coordenação etc., de ensino, de pesquisa e de extensão) parece distinguir claramente em atividades diferenciadas o que deveria ser de antemão indissociável. Aliás, ensinar não seria já estender as atividades acadêmicas? E pesquisar não seria intervir na sociedade estendendo a atuação universitária no meio social? Ou será a extensão algo à parte da pesquisa e do ensino, uma atividade distinta, uma terceira via universitária? Se é, então, quando realizamos a extensão não realizamos nem ensino nem pesquisa?

Parece haver uma certa confusão sobre a função extensiva das universidades, fazendo com que ora apareça como uma função

redentora do ensino e da pesquisa "distanciados" das necessidades sociais, ora como único meio de integração da Universidade com o meio social, ora como uma mera assistência social, tentando fazer com que as universidades cumpram uma função que caberia a outras instituições sociais e organismos governamentais. Essas posições acabam desvirtuando a função dessa instituição social que deve produzir e distribuir conhecimentos, o que se realiza através do ensino, da pesquisa e da extensão. Numa primeira análise percebe-se que a extensão vem sendo viabilizada sob a forma de prestação de serviços sociais de caráter assistemático, sem vínculos com o ensino e com a pesquisa, em grande parte, visando assumir a responsabilidade de outras instituições governamentais.

Entretanto, a extensão universitária como indissociável do ensino e da pesquisa aparece nas universidades norte-americanas e européias no fim do século passado, fundamentando a importância do caráter educativo da prestação de serviço por parte das universidades, surgindo como um estágio dos modelos pedagógicos disponíveis que se mostravam insatisfatórios. Era uma complementação a uma educação teórica e, simultaneamente, uma oportunidade de realização de pesquisa para estudantes e professores. Voltou-se também para trabalhos com educação de adultos, enfatizando progressivamente uma idéia,

agora popular, de educação continuada, e efetuada em função do desenvolvimento de comunidades, através de cursos, conferências e outras atividades variadas, criando áreas de atuação fora da sede central e desenvolvendo um processo de regionalização das universidades. Com ela se obtinha a identificação da necessidade de pesquisas, de criação de cursos regulares em áreas onde os mesmos eram necessários, além de aumentar os laços entre as comunidades locais e a Universidade, e a aprendizagem progressiva das próprias comunidades. Importante frisar que essa atuação não era "preferencialmente" direcionada às comunidades carentes de assistidas pelas agências sociais, visando substituir organismos governamentais incumbidos de prestar assistência.

Porém, no Brasil, majoritariamente, desde sua primeira menção, em 1931, no Estatuto das Universidades Brasileiras, essa atividade tem sido entendida como algo a ser submetido aos interesses dos diferentes grupos sociais e dos sucessivos governos, que acabam orientando a instituição nas direções de seus interesses particulares, muitas vezes contrapondo-se aos interesses do ensino e da pesquisa. A extensão universitária tem sido uma das práticas mais sensíveis aos interesses de grupos e de governos, em troca de um suposto "valor social",

como se fosse um balcão de troca de interesses e favores, que têm conduzido a Universidade à assumir funções e tarefas que não lhe cabem, e, mais lamentável, deixando de cumprir com seu papel específico. E quando a Universidade não realiza as contribuições sociais que lhe seriam próprias – produzir e distribuir conhecimentos –, mesmo sendo tais contribuições mais difíceis de realizar, de serem identificadas, notadas ou detectadas na sociedade, pouco atrativas em função do esforço, não imediatistas, pois exigem esforços prolongados e processos mais profundos e duradouros de mudança, e pouco vistosos do ponto de vista de sua repercussão social e política, finda sendo negligente com a sociedade que supostamente pretende auxiliar com ações assistenciais que não lhe cabe realizar. Não poucas vezes, a extensão universitária tem sido um fator de desvio nas universidades nacionais do seu real compromisso social.

Por outro lado, fato relevante e que necessita ser ressaltado, por mais discursos enaltecedores que se faça a respeito da prática extensionista, é, de todas as atividades, a mais negligenciada, tanto em termos de prática, como de teoria: há inclusive pouca bibliografia a respeito e raros especialistas. Ainda que o trinômio ensino-pesquisa-extensão seja bradado aos quatro ventos, existe uma hierarquia

implícita (mas não explícita), de que em primeiro lugar vem o ensino, depois a pesquisa e, por fim, a extensão. Mesmo na estrutura administrativa das universidades, tal hierarquia está estampada nitidamente, fazendo com que as atividades extensivas se adaptem ao ensino, em primeiro lugar, e a pesquisa, em segundo lugar. O mesmo ocorre nas avaliações docentes e institucionais, onde a pontuação pelas atividades extensivas são secundárias e pouco expressivas. A extensão é realizada quando sobra tempo nas demais atividades. Nem professores, nem estudantes, nem administradores se programam para as atividades extensivas como se programam para as atividades de ensino e de pesquisa, ocorrendo meio espontaneamente e esporadicamente, via de regra com a comunidade acionando a Universidade.

De modo geral, não há uma preocupação de se criar uma cultura extensionista entre professores e alunos como forma de colocar em prática conhecimentos estudados e adquiridos; no máximo se encara como uma forma de solidariedade, com comunidades e municípios carentes, deficientes em pessoas com formação técnica e científica. Sem dúvida, até o momento, tem sido uma atividade acadêmica menor, que nem fornece títulos, nem prestígio, e ainda por cima recebe pontuações pífias no processo para a ascen-

são na carreira universitária, muito menos serve para justificar a contratação de novos quadros para a Universidade em função das necessidades para a sua realização.

Mas, para a Universidade é importante ampliar sua intervenção social, mostrar serviço, propalar seus conhecimentos, atuar na educação continuada da sociedade em que está inserida, difundir pelo maior número de pessoas, mesmo para o público externo, a sua função e importância, sua utilidade, angariar fundos através de prestação de serviços, participar mais ativamente do desenvolvimento social e econômico, contribuir para o esclarecimento da opinião pública. Enfim, a necessidade de atividades extensivas aparece no contexto da sociedade contemporânea, quando a Universidade, para continuar se desenvolvendo, precisa criar parcerias com vários outros setores sociais.

Além das práticas extensionistas existentes, onde a comunidade vem reivindicar alguma atividade do seu interesse, o que é bastante salutar, é necessário que se crie também uma prática extensionista que envolva todos os professores e estudantes como parte de sua formação profissional e acadêmica, onde estudantes colocariam em prática conhecimentos aprendidos nos seus cursos em conjunto com demais estudantes de outros cursos.

Professores e alunos das diver-

nas áreas e profissões, poderiam elaborar projetos de auxílio a comunidades carentes ou não, tanto perto das universidades para as atividades durante o semestre letivo, quanto distantes para atividades de férias escolares, onde diversos profissionais se integrariam para realizar um planejamento social e urbano. Estudantes de História, Antropologia, Sociologia, auxiliando na organização dos arquivos públicos, levantamentos de dados humanos e sociais, recuperação e conservação de características culturais; engenheiros ajudando no traçado de ruas, na construção de casas econômicas; médicos, biólogos, odontólogos, engenheiros sanitários, ensinando e desenvolvendo técnicas de medicina preventiva; pedagogos e licenciados auxiliando no desenvolvimento escolar; economistas, administradores, contadores, auxiliando na parte contábil e de planejamento de recursos para viabilizarem melhoras, ou mesmo na elaboração de projetos para a obtenção de recursos; agrônomos, administradores, auxiliando no desenvolvimento agrícola, industrial, comercial e na área de serviços etc.

A atividade extensionista deve ser pensada como uma forma de se colocar em prática o aprendizado, constatar suas carências e procurar sua superação no ensino, ou como forma de desenvolver atividades de pesquisa

na busca de solução de problemas localizados e específicos, além de aproximar as universidades da sociedade de uma forma mais intensa, transcendendo as atividades mais conhecidas, como os hospitais universitários, as assistências jurídicas, odontológicas, veterinárias, psicológicas etc., que algumas universidades mantêm, e é de fundamental importância que continuem mantendo e desenvolvendo. Dessa forma, não será apenas a comunidade que procurará as universidades, as universidades é que deverão oferecer seus serviços às comunidades. E sendo uma atividade além de acadêmica, assistencial<sup>2</sup>, por vezes, para comunidades carentes, o trabalho de pesquisa envolverá além da integração de áreas profissionais e acadêmicas, a pesquisa sobre as comunidades e que tipo de necessidades se pode atender; também deverá se pesquisar e planejar a forma de se viabilizar recursos para a realização dessas atividades. Ou seja, que os estudantes estejam envolvidos desde o planejamento até mesmo nessas questões consideradas, equivocadamente, menores, como verbas e as dificuldades de sua viabilização. Aprender a obter recursos, a convencer autoridades governamentais, internacionais, empresariais e de entidades civis sobre as qualidades benéficas de determinado projeto, é parte importante na formação de

pesquisadores. Esse tipo de atividade extensiva permite um laço interdisciplinar entre as áreas e as profissões, pelo exercício profissional combinado, visando também fornecer a prática de trabalho em conjunto e coordenado.

Portanto, a extensão deve ser entendida como parte efetiva do processo de formação dos alunos, como possibilidade de realização de novas e significativas pesquisas, como integração de professores e alunos de áreas diferenciadas na obtenção de uma perspectiva interdisciplinar, como educação continuada e atualização de profissionais, e não como mera assistência social para populações desassistidas pelos organismos governamentais. A grande contribuição que as universidades dão ao desenvolvimento econômico e social não está quando tomam partido dos oprimidos, mas quando tomam partido do desenvolvimento e difusão dos conhecimentos que permitem às pessoas tomarem consciência de sua situação social e atuarem consciente e autonomamente para o autodesenvolvimento.

**Bibliografia**

FREIRE, Roberto de Barros. Elementos para pensar a Universidade, tese de doutorado Cuiabá: UFMT, 1999.

*1 Por sinal, a única com essa incumbência. Ao assumir papéis sociais que não lhe cabe, está deixando de cumprir com sua missão, e aí a sociedade acaba mal assistida socialmente e culturalmente, transferindo recursos destinados para a produção e a distribuição dos conhecimentos para atender as carências sociais negligenciadas pelos organismos governamentais.*

*2 Porém, sem pretender substituir os organismos governamentais.*

**NÃO DEIXE DE LER!****CIÊNCIAS  
HUMANAS****FONTES NOVAS  
FONTES NOVAS  
FONTES NOVAS  
FONTES NOVAS****EDITORA  
UFMT****Maria das Graças  
Martins da Silva****EXTENSÃO  
A Face Social da  
Universidade?**

ROBERTO DE BARROS FREIRE  
Chefe do Departamento de  
Filosofia  
Prof. Dr. do Instituto de Ciências Hu-  
manas e Sociais – UFMT